

## **CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS**

# **Assembleia ratifica aprovação da minuta**



**FORTALECENDO A UNIDADE – Bancários do Rio ratificam a pauta de reivindicações que foi aprovada na 18ª Conferência Nacional da categoria**

A minuta de reivindicações da categoria bancária, que foi aprovada por 633 delegados na conferência nacional, no último fim de semana de julho, em São Paulo, foi ratificada por bancários e bancárias do Rio, nesta segunda-feira (8), no auditório do Sindicato. A minuta será entregue nesta terça (9) à Fenaban, em São Paulo.

A presidenta da entidade, Adriana Nalesso, lembrou o slogan “Só a

luta te garante”, que vai nortear a campanha deste ano, ressaltando que além das reivindicações econômicas – reajuste salarial de 14,78%, PLR de três salários, mais R\$8.317,90, piso de R\$3.940,24 e outras que podem ser vistas no quadro abaixo – os bancários vão se incorporar à luta dos demais trabalhadores, em defesa do emprego e dos direitos trabalhistas ameaçados pelo governo golpista de Temer.

“No plano político precisamos lutar para ampliar os direitos que temos hoje garantidos pela CLT, um arcabouço jurídico de proteção às nossas conquistas. Porém, na atual conjuntura, o governo e o Congresso Nacional querem impor um retrocesso aos trabalhadores. Além disso, os bancos continuam demitindo em massa. A luta dos bancários é por nenhum direito a menos e para avançar nas conquistas”, conclui.

## **Reivindicações aprovadas**

- ✓ Reajuste salarial ..... 14,78% (inflação mais 5% de aumento real)
- ✓ PLR ..... Três salários mais R\$8.317,90
- ✓ Piso ..... R\$3.940,24 (salário mínimo do Dieese)
- ✓ Vales alimentação/refeição e auxílio-creche/babá .... R\$880,00 ao mês cada
- ✓ 13ª cesta ..... R\$880,00
- ✓ Condições de trabalho: Fim das metas abusivas e do assédio moral
- ✓ Emprego: fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.
- ✓ Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS): para todos os bancários.
- ✓ Auxílio-educação para graduação e pós.
- ✓ Segurança: dois vigilantes por andar nas agências e pontos de serviços bancários, conforme legislação. Instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento e biombos nos caixas. Abertura e fechamento remoto das agências, fim da guarda das chaves por funcionários.
- ✓ Igualdade de oportunidades: fim das discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

### **FESTA DO DIA DO BANCÁRIO**

**Mumuzinho vai comandar a parte musical**



A Festa do Dia do Bancário vai ser no Centro Cultural Ação da Cidadania, na Av. Barão de Tefé, 75, na Saúde, no dia 2 de setembro. Este ano, o Dia do Bancário, 28 de agosto, cai num domingo. Por isso, a festa para comemorar a data será no começo de setembro, um dia após da data-base da campanha salarial.

O Centro Cultural Ação da Cidadania é um dos espaços mais badalados da cidade atualmente. Localizado na região da Praça Mauá, tem acesso facilitado pelas novas vias do Porto Maravilha. A Avenida Barão de Tefé é uma travessa da Av. Venezuela, na região da Mauá.

Bancários e bancárias devem ficar atentos. Este ano os convites vão ser retirados pela internet, a partir da segunda quinzena de agosto. Marque a data e não assumo nenhum outro compromisso na noite de 2 de setembro. Acompanhe pelo site [www.bancariosrio.org.br](http://www.bancariosrio.org.br) e o Jornal Bancário como será feita a retirada virtual dos convites .

**A CORRUPÇÃO TUCANA****Odebrecht deu R\$23 milhões a Serra**

Depois do Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ter sido citado várias vezes em delações premiadas da Operação Lava-Jato, acusado de receber propina de empreiteiras e do ex-diretor internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, acusar o governo Fernando Henrique Cardoso de ter recebido de forma ilegal R\$100 milhões, a bola da vez é o atual ministro de Relações Exteriores do governo interino de Michel Temer, José Serra ser acusado de levar R\$23 milhões da Odebrecht, via caixa dois, para a campanha do então candidato tucano à presidência da República nas eleições de 2010. Corrigido pela inflação, o valor atualmente equivale a R\$34,5 milhões. A denúncia foi feita por executivos da empresa, que depositaram o dinheiro no exterior. A acusação foi comprovada através de extratos de depósitos.

**O "CARECA"**

Serra era chamado pelo apelido de "Vizinho" e "Careca" nos documentos da Odebrecht. O político do PSDB já havia sido citado na 23ª fase das investigações, em fevereiro, chamada de operação "Acarajé".

Serra, para escapar das acusações, responsabilizou o seu próprio partido pelas finanças de sua campanha eleitoral. Mas as denúncias contra o ministro de recebimento de propina não param por aí: Serra teria recebido propina também quando foi governador de São Paulo de 2007 a 2010, que teriam relação com a construção do trecho sul do rodovial.

Os caciques tucanos, que apoiam o impeachment de Dilma Rousseff e o governo interino de Temer e sempre tiveram um discurso moralista estão numa fria quando o assunto é corrupção e recebimento de dinheiro ilegal.

# Empregados da Caixa protestam contra ataques a conquistas e privatização

NANDO NEVES



*Presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, convoca bancários e clientes para participarem da resistência aos ataques do governo*

Nesta quarta-feira, dia 3, os empregados da Caixa Econômica Federal participaram de uma série de mobilizações como parte do Dia Nacional de Luta. Foi um protesto contra a retirada de direitos, o sucateamento e a privatização da empresa. A mobilização exigiu a manutenção da Caixa 100% pública e a retomada das contratações.

No Rio de Janeiro o Sindicato fez caravana percorrendo as agências da Avenida Rio Branco. Além da distribuição de boletins e discursos dos diretores do Sindicato aos bancários e clientes, a Cia. de Emergência Teatral fez esquete denunciando com humor de que maneira o esvaziamento da Caixa, pretendido pelo governo Temer, vai prejudicar os empregados, os clientes e toda a população.

O diretor do Sindicato José

Ferreira lembrou aos clientes que, além do projeto que prevê a transformação das estatais em sociedades anônimas com venda de ações em Bolsa, na Caixa, especificamente, o governo pretende esvaziar a empresa, por exemplo, passando a administração dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os bancos privados. Esta medida terá impacto negativo para a empresa e toda a sociedade, reduzindo sua possibilidade de financiar projetos sociais. Outro efeito negativo é que os recursos do fundo passarão a receber rendimento menor que o atual, em função da cobrança de taxa de administração pelos bancos.

**FALTA FUNCIONÁRIOS**

As atividades do Dia Nacional de Luta denunciaram, ainda, a

imposição de uma política de redução do número de funcionários, através de planos de incentivo à aposentadoria e da não contratação dos concursados. Outra política que vai piorar os serviços prestados aos clientes é a extinção do cargo de caixa executivo e a sua substituição pelo "caixa minuto". Os ocupantes do "novo cargo" só irão para os guichês em dias de pico, recebendo como caixas apenas enquanto estiverem na função. Como não estarão sempre nos guichês, as filas serão ainda maiores.

Outro ataque ao funcionalismo da Caixa foi a alteração na RH 184, que impõe perda salarial a quem não cumprir as metas de venda de produtos. Além, disto, a diretoria da Caixa tenta retirar a insalubridade dos avaliadores de penhor.

**BANCÁRIO**

**Presidenta:** Adriana Nalesso - **Sede** - Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 - Campo Grande - Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 - **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

**COPACABANA****Bancários participam de ato com várias categorias contra a retirada de direitos**

*Manifestantes defendem ainda a retomada da normalidade democrática e repudiam o golpe que levou Michel Temer ao poder*

FOTOS: ROBSON MONTE



*Trabalhadores de várias categorias aproveitaram a visibilidade das olimpíadas para denunciar a retirada de direitos e o golpe contra a democracia, em ato realizado em Copacabana, na última sexta-feira*

O bairro de Copacabana, a princesinha do mar, lotado de turistas que vieram assistir as olimpíadas do Rio de Janeiro, foi palco de uma manifestação de diversos trabalhadores contra a retirada de direitos imposta pelo governo interino de Michel Temer. O ato foi realizado na última sexta-feira, dia 5, em frente ao hotel Copacabana Palace. Sindicalistas denunciaram os ataques aos direitos trabalhistas através de vários projetos de lei que tramitam no

Congresso Nacional, todos com apoio de Temer. Bancários e bancárias também participaram da manifestação.

A presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, Adriana Nalesso, criticou a reforma da Previdência Social. Temer quer estabelecer a idade mínima de 70 anos para homens e mulheres se aposentarem. A sindicalista destacou ainda a retirada de direitos trabalhistas, a terceirização indiscriminada, a demissão em

massa e o congelamento de salários de servidores públicos como exemplo dos ataques do governo contra as conquistas históricas dos trabalhadores.

“Outro projeto que literalmente rasga a CLT é o que torna a negociação entre patrões e empregados acima da legislação trabalhista, permitindo que direitos fundamentais como décimo terceiro salário, férias remuneradas e verbas rescisórias possam ser negociados com os empregadores”, acrescenta.

Os manifestantes defenderam ainda o “Fora Temer” e cobraram o restabelecimento da normalidade democrática, com o retorno da presidente Dilma Rousseff, eleita pelo povo brasileiro com mais de 54 milhões de votos em 2014.



*Adriana Nalesso com o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten (ao fundo). À esquerda, Almir Aguiar, secretário de combate ao racismo da Contraf-CUT*



*A diretora de Imprensa do Sindicato Vera Luiza durante o protesto. A grande presença de mulheres marcou a manifestação em Copacabana*

# Bancários entregam pauta específica ao Itaú

A Contraf-CUT e os representantes da COE (Comissão de Organização dos Empregados) entregaram à direção do Itaú, no dia 28 de julho, em São Paulo, a pauta de reivindicações dos funcionários. Na pauta estão itens como, saúde e condições de trabalho, emprego, remuneração, segurança, igualdade de oportunidades e previdência privada. O documento foi elaborado pelos dirigentes no Encontro Nacional dos Funcionários do Itaú, que ocorreu nos dias 07 e 08 de junho na capital paulista.

Uma das prioridades defendidas pelos empregados é o fim da política de demissões do banco e a contratação de mais funcionários para o atendimento ao público. Segundo pesquisa do Dieese, desde 2011, o Itaú fechou 21 mil postos de trabalho. “É preciso intensificar a mobilização para pressionar o Itaú a respeitar e valorizar os funcionários. Somente no primeiro semestre deste ano, o banco lucrou



Jô Araújo (quinta da direita para a esquerda) representou os bancários do Rio na entrega da minuta de reivindicações dos funcionários à direção do Itaú

R\$10,7 bilhões. A crise econômica afeta os setores produtivos e principalmente os trabalhadores, mas não chegou aos bancos, que continuam obtendo os maiores lucros no Brasil”, disse Jô Araújo, diretora do Sindicato

e representante da COE. A sindicalista destaca ainda que nos três primeiros meses de 2016, a maior instituição financeira privada do país cortou 2.815 postos de trabalho e fechou 161 agências. “Com tanto lucro nada justifica

estas demissões a não ser a ganância da família Setúbal”, acrescenta.

## AGÊNCIAS DIGITAIS

Os dirigentes sindicais demonstraram também preocupação com relação às agências digitais, que tem reduzido postos de trabalho e sobrecarregado os funcionários que permanecem nas agências físicas. Além disso, os sindicatos têm sido impedidos de entrar nessas unidades para dialogar com os trabalhadores. Atualmente, são oito agências que funcionam nessa modalidade: Sete em São Paulo e uma no Rio de Janeiro. No Rio, a Agência Digital está localizada no bairro de Botafogo e conta com 200 funcionários. “Já cobramos do banco a instalação de Cipas (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e exigimos o acesso dos sindicalistas à essas agências”, completa. A Minuta foi entregue ao Diretor de RH do banco, Marcelo Orticelli.

## Lei Maria da Penha se consolida como instrumento de combate à violência contra a mulher

Sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Lula e em vigor desde setembro daquele ano, a Lei Maria da Penha (11.340) é reconhecida por 98% da população brasileira, como instrumento de combate à violência contra a mulher. Este dado é significativo, ainda mais num país em que pouco se lê e onde as noções de cidadania ainda engatinham. Para a diretora da Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato, Kátia Branco, a violência de gênero já não fica impune graças à Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. “Ambas são fundamentais para proteger a mulher em situação de violência”, afirmou.

Na avaliação da ONU Mulheres (instituição da Organização das Nações Unidas), muitos avanços ocorreram, mesmo assim, nesse período, milhões de mulheres vivenciaram agressões no ambiente doméstico, devido a tolerância social a este tipo de violência. O desafio urgente é dar continuidade à implementação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres para garantir mais efetividade à lei.

A lei acabou com a possibilidade de o agressor de uma mulher apenas prestar serviços comunitários, pagar multa ou doar cestas básicas. Castiga com rigor quem ataca a mulher no ambiente doméstico, alterando o Código Penal. A pena para o crime passou de um para três anos de detenção, prevendo prisão em flagrante, ou preventiva do agressor. Caracteriza como violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no



*O Brasil luta por um basta na violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha representa um avanço, mas ainda não é a garantia para uma solução definitiva do problema*

gênero, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Além disso, configura o crime como violação aos direitos humanos.

## DIFICULDADES

É considerada pela ONU a terceira melhor lei do mundo de enfrentamento à violência contra a mulher (as denúncias podem ser feitas às Delegacias da Mulher e pela Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180). Mas ainda esbarra em muitos entraves. Para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da

Câmara dos Deputados que investigou, entre 2012 e 2013, a violência contra a mulher, o quadro é grave. É insuficiente o número de Delegacias da Mulher (Deam). A ausência de fiscalização às medidas protetivas concedidas pela Justiça, que podem proibir o homem de se aproximar da mulher ou afastá-lo do lar, e a demora para concedê-la são as principais críticas de especialistas à efetivação da lei. A CPMI constatou também que os Tribunais de Justiça não dão a devida atenção à Lei Maria da Penha. Para a relatora da investigação, senadora Ana Rita (PT-ES), o machismo continua forte no Judiciário.

## COMO SURTIU A LEI

Mulher que deu origem ao nome da lei, Maria da Penha Maia Fernandes foi espancada pelo marido, o professor colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, durante seis anos e vítima de duas tentativas de assassinato por ciúme. Na primeira, ele atirou na mulher de costas e enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Na segunda, empurrou-a da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro. Foi condenado somente a dois anos de reclusão. Maria da Penha denunciou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que condenou o Brasil por negligência e omissão, recomendando a criação de uma legislação específica sobre violência doméstica.